

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

LAURA TELLES MEDEIROS

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Laura Telles Medeiros; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-121-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2, 2025. Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

O Grupo de Trabalho de Pôsteres 3 - Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais e direito agrário e agroambiental durante o VIII Encontro Virtual do CONPEDI contou com a apresentação de 12 pôsteres com temáticas diversas que dialogam com os desafios atuais do Direito Ambiental, da Justiça Climática e dos Direitos Humanos. Ao reunir estudantes de graduação e pós-graduação, neste GT, de diferentes estados brasileiros, o evento fortalece a troca de experiências, valoriza a produção científica em fase inicial e estimula o protagonismo estudantil em pesquisas voltadas para temas contemporâneos e socialmente relevantes. Essa plataforma virtual amplia o alcance e a diversidade das discussões, permitindo que vozes regionais e perspectivas locais ganhem espaço no cenário jurídico-acadêmico nacional.

A seguir, destacam-se os principais objetivos e enfoques de cada trabalho, conforme seus respectivos autores.

O pôster intitulado “A (In)Suficiência do Estado Sancionador na Contenção de Danos Ambientais: Breve estudo da jurisprudência do TJMG”, de autoria de Letícia Caroline Cardoso Trezza, apresenta uma análise empírica sobre a eficácia da atuação repressiva do Estado na proteção ambiental, destacando que, apesar de haver instrumentos legais robustos (como as Leis nº 9.605/1998 e nº 7.347/1985), a responsabilização estatal tem se mostrado limitada.

As autoras Julia Nobre Colnaghi e Francielle Benini Agne Tybusch, no pôster “A Comunicação de Risco e os Desastres Climáticos em Santa Maria – RS: Lições Locais e Globais”, analisam criticamente a comunicação de risco prevista no Plano de Contingência de Santa Maria/RS, identificando suas fragilidades e propondo melhorias baseadas em estratégias nacionais e internacionais para a gestão de desastres, a fim de promover uma resposta mais eficaz à população em eventos climáticos extremos.

O pôster “A Crise Ambiental e os Desastres Naturais no Estado do Pará (2001–2024)”, de Emerson Regis Maciel, discute os principais tipos de desastres ambientais naturais que ocorreram no Estado do Pará nas últimas décadas.

A autora Ana Clara de Freitas Mendes, no pôster “A Eficácia das Áreas de Proteção Ambiental na Preservação do Cerrado”, analisa a contribuição das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para a conservação do bioma Cerrado, bem como os principais desafios enfrentados na sua gestão.

Em “A Finalidade Secundária da Fiscalização Tributária frente às Normas Ambientais”, Gabriella Letícia Teixeira Santos investiga de que forma a atuação fiscal tributária pode contribuir para a efetividade da proteção ambiental, explorando seus limites jurídicos e finalidade normativa.

O pôster “A Responsabilidade Jurídica das Marcas de Moda frente à Sustentabilidade: Entre o Greenwashing e a Transparência nas Cadeias Produtivas”, de Eduarda Lopes Bolela, busca analisar a responsabilidade jurídica das marcas de moda diante da crescente demanda por sustentabilidade e transparência nas suas cadeias produtivas.

Em “Arborização Urbana e Direito Fundamental ao Meio Ambiente: Um Estudo de Caso na Cidade de Goianésia – GO”, Edileusa da Silva Peres tem como objetivo promover e ampliar a arborização urbana na cidade, visando à melhoria da qualidade ambiental, do bem-estar da população e à sustentabilidade urbana.

Os autores Welington Oliveira de Souza dos Anjos Costa e Luís Eduardo de Souza Zanato, no pôster “Biodireito e Bioética na Perspectiva dos Direitos Humanos: A Utilização da Técnica CRISPR/Cas9 como Forma de Prevenção de Doenças Genéticas”, analisam os limites éticos e jurídicos do uso da técnica de edição genética CRISPR/Cas9, considerando os riscos e benefícios da sua aplicação na prevenção de doenças hereditárias.

O pôster “Combate ao Greenwashing: A Problemática da Falta de Regulamentação e a Proteção do Consumidor no Brasil com Base no Direito à Informação e o Princípio da Transparência”, de Lislene Ledier Aylon Pietra Ferreira Barcelos, analisa as práticas de greenwashing e os direitos dos consumidores afetados pela ausência de regulamentação das informações em embalagens e campanhas publicitárias.

José Cláudio Junqueira Ribeiro e Luana de Jesus Rossi, no pôster “Consumo de Água e Energia na Pegada Ambiental em Escolas Públicas”, propõem o diagnóstico do consumo per capita de água e energia em escolas públicas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a redução das pegadas hídricas e energéticas, promovendo a educação ambiental nos termos do art. 225, §1º, VI, da Constituição Federal de 1988.

Em “Desafios na Comunicação de Risco: Uma Revisão do Plano de Contingência de Santa Maria/RS após a Inundação de 2024”, Francielle Benini Agne Tybusch e Katana do

Nascimento discutem a importância da comunicação de risco como ferramenta estratégica para a proteção de populações vulneráveis, analisando a experiência concreta da cidade de Santa Maria frente à emergência ambiental.

O pôster “Desapropriação para Fins Ambientais: A Criação de Unidades de Conservação e a Efetividade das Políticas Públicas”, de Enéas Cardoso Neto, analisa os fundamentos jurídicos e os limites da desapropriação para fins ambientais no ordenamento jurídico brasileiro, com atenção especial à criação de Unidades de Conservação e à efetividade das políticas públicas decorrentes desse processo.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura,

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Profa. Me. Laura Medeiros

Prof. Dr. Paulo Joviniano

A EFICÁCIA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA PRESERVAÇÃO DO CERRADO

Keren Morais de Brito Matos¹
Ana Clara de Freitas Mendes

Resumo

INTRODUÇÃO: O Cerrado é um dos biomas mais ricos e diversificados do planeta, abrigando uma vasta gama de espécies de fauna e flora, muitas das quais são endêmicas e possuem papel fundamental no equilíbrio ecológico. Situado no Brasil central, o Cerrado ocupa cerca de 24% do território nacional e exerce um papel crucial na manutenção dos ciclos hidrológicos e na regulação climática, além de ser considerado um dos maiores hotspots de biodiversidade do mundo. No entanto, o bioma enfrenta uma crescente pressão por atividades humanas, como o avanço do agronegócio, a

exploração de recursos naturais, a urbanização e o desmatamento, o que coloca em risco a sua preservação e sustentabilidade. Diante desse cenário, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) surgem como uma das principais ferramentas de gestão ambiental, tendo como objetivo a proteção e conservação dos recursos naturais, além de promover o uso sustentável do território. As APAs são unidades de conservação criadas para proteger áreas de relevante interesse ecológico, ao mesmo tempo que permitem o uso sustentável dos recursos naturais por meio de atividades econômicas controladas e planejadas. No Cerrado, a criação dessas áreas é essencial para preservar sua biodiversidade, controlar o desmatamento e minimizar os impactos das atividades humanas, enquanto se garante a manutenção de serviços ecossistêmicos importantes para as populações locais e para o país como um todo. Apesar da importância das APAs, sua gestão enfrenta desafios consideráveis. A falta de recursos financeiros, a infraestrutura inadequada, a escassez de pessoal capacitado e a insuficiente fiscalização são alguns dos problemas que comprometem a eficácia dessas áreas. Além disso, as pressões externas, como a expansão da fronteira agrícola, o uso ilegal de recursos naturais e a falta de conscientização ambiental das comunidades locais, agravam ainda mais a situação. Nesse contexto, é fundamental analisar de forma crítica como as APAs contribuem para a conservação do Cerrado e identificar os obstáculos que dificultam sua gestão eficiente.

PROBLEMA DE PESQUISA: A preservação do Cerrado, um dos biomas mais importantes e biodiversos do Brasil, enfrenta diversos desafios, principalmente relacionados à efetividade da gestão das Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Nesse contexto, a pesquisa busca analisar como as APAs contribuem para a conservação do Cerrado?

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

OBJETIVO: O objetivo geral com esta pesquisa é analisar a contribuição das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para a conservação do Cerrado e os principais desafios à sua gestão, com o intuito de propor medidas que potencializem a eficácia dessas áreas na preservação do bioma. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos como: identificar as principais características das APAs no Cerrado, abrangendo sua área geográfica, recursos naturais e biodiversidade, além de realizar uma avaliação da eficácia das políticas públicas implementadas para a gestão das APAs, investigando os desafios encontrados na aplicação dessas políticas, bem como identificar os principais fatores que afetam a gestão das APAs.

MÉTODO: Este estudo foi dividido em duas partes, primeiro foi feito o mapeamento de áreas protegidas e, posteriormente, foi realizada pesquisa documental e legislativa. A pesquisa teve, portanto, uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, e de estudo de caso. O estudo foi realizado em diferentes APAs localizadas no bioma Cerrado, com ênfase nas áreas de maior relevância para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, além de visitas de campo para observar a realidade das APAs e sua gestão. A análise dos dados foi feita com base na teoria da gestão ambiental integrada e da sustentabilidade, utilizando a triangulação de dados para validar as informações obtidas.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Instituídas por meio de decreto, como ato exclusivo do poder público, as áreas de proteção ambiental (APA's), com previsão expressa no art. 15º da Lei 9985/00, trata-se de unidades de conservação de uso sustentável, por meio das quais busca-se a compatibilização da conservação da natureza e o seu uso direto sustentável de parcelas dos recursos naturais. Nesse viés, as APA's são áreas extensas com ocupação humana e dotado de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2000). As amplas transformações ocorridas nas paisagens do Cerrado e o status de ameaça de variadas espécies tem provocado o surgimento de iniciativa de conservação por parte do governo, de organizações governamentais, pesquisadores e do setor privado (Klink e Machado, 2005). Tratando-se de um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado abrange a incumbência ao poder público de definir espaços territoriais e seus segmentos a serem protegidos, como consequência deste dispositivo, criou-se o conjunto das unidades de conservação como espaços territoriais especialmente protegidos. O bioma Cerrado sofreu perda significativa na sua cobertura, vegetação e flora, as APAs contabilizam um total de 112

unidades de conservação, por meio da construção de planejamento de gestão para instituição destas áreas, há o ensejo na garantia ao direito ao meio ambiente, haja vista que sua realização incorre no interesse social e ambiental de obter a manutenção e conservação deste ecossistema (Brasil, 1988). Deste modo, em razão dos aspectos relevantes presentes no Cerrado, tais como alta biodiversidade, ecossistema fluviais e recursos hídricos, potencial ponto ecoturístico, presença de bens culturais e ecológicos, associados às ameaças destas propriedades por meio do seu uso irregular nas atividades antrópicas, as APAs funcionam como um importante instrumento para coibir e limitar o exercício de atividades que degradam a qualidade do Cerrado, ao prever medidas legais de controle nos seus respectivos decretos. Por meio deste trabalho tornou-se possível avaliação da efetividade das áreas de proteção ambiental (APAs) como um instrumento para conservar a cobertura do bioma Cerrado, inferiu que o emprego desta categoria de unidade de conservação permite que sejam construídas atividades humanas em seu interior, valendo-se desta área, de forma socialmente justa e economicamente viável, limita a ação humana, definindo atividades permitidas e proibidas em cada zona.

Palavras-chave: Cerrado, APAs, Gestão

Referências

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 22 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 20 de mar. de 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/map>. Acesso em: 11 abr. 2025.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. Megadiversidade, v. 1, n. 1, p. 147–155, jul. 2005. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Cerrado_conservacao.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

TRENNEPOHL, Terence. Manual de Direito Ambiental - 11ª Edição 2024. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.320. ISBN 9788553620265. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620265/>. Acesso em: 14 abr. 2025.